

CULTURA POLÍTICA MENTALIDADES



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1989

BASÍLIO TELES E A REVOLTA DO PORTO

Uma carta para Teófilo Braga

O malogro da revolta portuense de 31 de Janeiro de 1891 condenou uma fracção dos implicados ou dos suspeitos de conivência às agruras do exílio voluntário. Basílio Teles refugiou-se em Espanha, furtando-se, desta maneira, à severidade das sentenças dos conselhos de guerra de Leixões. Da nação vizinha expediu para Teófilo Braga, membro do Directório Republicano em exercício, a seguinte carta:

«Coruña, 1 de Março 91 — Calle San Andrés, 38

Meu caro mestre e ilustre am.º:

Pelas gazetas estará a esta hora informado de que estou com Sampaio na Corunha. Tive a princípio a cândida ingenuidade de supor, em vista das informações de alguns amigos, que não chegaria até mim a perseguição oficial. Verdade é que logo no dia imediato ao da revolta militar de 31 de Janeiro, vi num suplemento dum jornal que tinha sido dada contra mim ordem de prisão. Mas o caso não era muito de estranhar, atenta uma tal ou qual proeminência no partido republicano do norte do país, e portanto a suposição, aliás natural da parte da polícia, de que eu seria um dos principais corifeus do movimento. Não é este o momento nem o meio mais próprio para liquidar nessa questão as responsabilidades próprias e alheias. Num folheto que tenciono escrever, direi da minha justiça, e apreciarei, como me parecer justo, tudo quanto de perto ou de longe contribuiu para aquilo que eu considero uma explosão espontânea da sentimentalidade portuguesa.

O que me leva a tomar a pena, e a escrever-lhe estas linhas, é a estranheza e o íntimo desgosto que senti, desde

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

que pus pé em terra espanhola, de ver o abandono em que se encontram a maior parte dos emigrados. Em Salamanca, por exemplo, se não fosse a generosa fraternidade dos republicanos salmantinos, não sei como poderiam viver uns sete ou oito militares com quem falei: o governo espanhol não abonou até hoje, que me conste, o subsídio do costume, retraimento tanto mais estranhável quanto, se não me engano ainda hoje recebem subvenção do governo português alguns refugiados políticos de Espanha. Nas outras terras não sei o que se passa, mas creio bem que a situação seja a mesma. Ora isto não pode continuar sem vergonha para o directório do partido republicano português. Que ele não aprovasse esses homens que, num ímpeto talvez inconsiderado, mas incontestavelmente sincero e nobre, foram comprometer o seu futuro, é, pelo menos, concebível, visto ter de ressaltar perante a opinião pública e perante a história a sua responsabilidade individual e colectiva num movimento que se lhe afigurava inoportuno. Mas que, uma vez efectuado, embora contra o seu voto, não queira dar o menor passo para auxiliar as vítimas da própria imprudência, é o que jamais se lhe poderá perdoar. É atentar contra o que é de mais íntimo e radical no carácter humano — a piedade espontânea e inconsciente. Já não digo que tenham a energia do protesto contra o [*ilegível*] do partido, evocando à consciência os seus deveres de dirigentes. Sei muito bem até que ponto desceu o carácter nacional para surgir um esforço desta ordem. Mas lembrem-se dos que longe da pátria sem amigos, sem recursos, sem trabalho, sofrem a estas horas as amargas consequências de actos de que não são sem a menor dúvida os únicos responsáveis. É claro que não falo por mim, nem por um ou outro a quem a doce amizade dos seus acode em vigilância e em carinho; falo em nome de muitos que por circunstâncias variadas se acham privados dessa compensação aos seus infortúnios.

Perdoe-me o meu querido e respeitado amigo a amargura destas frases, postas de corrida sobre esta folha de papel sem o menor intuito de ofensa. São expansões irresistíveis de quem vê de perto as cousas e um apelo veemente a sentimentos que não julgo de todo obliterados no coração dos que ficaram. Será ouvido este clamor dos infelizes? Para honra do partido, creio piamente que sim. De resto, que sacrifícios se reclamam? Basta que cada qual contribua com o supérfluo e fico plenamente convencido de que pouparemos a estes pobres soldados duma causa vencida eventualidades deploráveis. Constitua-se pois uma caixa de socorros permanentes; e confie-se a sua distribuição equitativa às diversas juntas zorrilhistas que funcionam em quase todas as cidades de Espanha. Elas indagarão dos recursos de cada um e procederão como for justo.

Esperando com a mais absoluta confiança que o Directório do partido republicano se ocupe quanto antes deste assunto sou com a maior consideração adm.^{or} e am.^o

Basilio Teles» (1)

Valerá a pena, segundo pensamos, examinar mais detidamente alguns aspectos deste nobilíssimo documento. A ordem de prisão que as autoridades monárquicas fizeram recair sobre Basílio Teles não promanava apenas da sua incontestável relevância no interior da organização republicana portuense. É certo que o seu nome nos aparece associado ao de José Pereira de Sampaio, no esforço conjunto para erguer na capital nortenha uma *Junta Directora do Partido Republicano do Porto*, que integrou, por escrutínio secreto, em Dezembro de 1886 (2). Árdua empresa era esta, sabido que algumas das mais representativas individualidades inimizadas com o regime alardeavam o alheamento mais completo relativamente às possibilidades de um envolvimento militante. Tanto Rodrigues de Freitas como Alexandre Braga e Ricardo Jorge tinham invocado razões de indisponibilidade para a sua inclusão na lista republicana concorrente às eleições municipais do mês anterior (3). Não eram apenas os homens do Porto que reconheciam a impotência da sua agremiação política. Teixeira Bastos, censurando o carácter puramente declamatório e sentimental do Directório lisboeta, falava sem reboço da «lamentável crise que atravessa hoje o partido republicano» (4). Esta desalentadora situação, nascida do fraccionamento e do descrédito de chefias simplesmente emblemáticas, era tão notória que Emídio Navarro, expoente do Partido Progressista, se atrevia a recomendar no seu jornal aos opositores do Paço que debandassem para as hostes dos affectos à realeza (5). Não foram, portanto, as

(1) Biblioteca Pública Municipal de Ponta Delgada, *Espólio de Teófilo Braga*, cxs. n.ºs 10 e 16 de correspondência. A ortografia foi por nós actualizada.

(2) Cf. «Partido Republicano do Porto», *A Discussão*, 4.º Anno, n.º 923, Porto, 17 de Dezembro de 1886, p. 1, col. 1.

(3) Cf. «Partido Republicano do Porto — Exposição», *A Discussão*, 3.º Anno, n.º 904, Porto, 24 de Novembro de 1886, p. 1, col. 1 a 3.

(4) Teixeira Bastos, «A crise do Partido Republicano», *Almanach Republicano para 1887 (XIII Anno)*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1886, p. 25.

(5) Cf. João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *História da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (Depoimento de dois cúmplices)*, Lisboa, Empreza Democratica de Portugal Editora, 1901, pp. 26-28. Leia-se

especiais preocupações suscitadas no espírito das autoridades monárquicas acerca do empenhamento de Basílio Teles nos trabalhos de reorganização partidária que o converteram em personagem inquietante. Ele só se converteu em adversário odioso porque se envolveu deliberadamente nos manejos conspirativos que prepararam a revolta e porque a notícia das suas maquinações não pôde deixar de ser conhecida pelas autoridades. A sua proverbial misantropia e a peculiaridade da sua ideação revolucionária, centrada na vantajosa inevitabilidade de uma ditadura republicana transitória, tê-lo-iam apartado, num primeiro momento, dos círculos portuenses mais combativos. Com efeito, nos inícios de 1888, o Porto viu nascer um órgão de imprensa cuja rebelião se podia aquilatar por incitamentos constantes à solução das armas, aos quais se acrescentavam desprimorosas apreciações relativas à esterilidade do Directório lisboeta. Tratava-se da folha *O Radical*. Nela pontificava Felizardo de Lima, acolitado por outras figuras igualmente inconformadas, mas de importância subalterna no movimento republicano do norte do país. A consciência deste facto impeliu os redactores do jornal a exortarem Alves da Veiga, dirigente principal do Partido Republicano no Porto, «a chamar à vida revolucionária todos os seus amigos sem desdenhar a cooperação dos mais humildes ou dos que a burguesia egoísta classifica de *doidos*». E o articulista acrescentava: «O partido não tem organização no Porto, está desmantelado e Alves da Veiga terá, perante a história, a responsabilidade do atraso democrático do Norte. É preciso pois vida revolucionária e chamarmos todos os elementos republicanos a cooperarem numa próxima Revolução que afunde a monarquia e erga a soberania popular»⁽⁶⁾. Partiu deste núcleo redactorial a iniciativa de se fundar, no Porto, o *Partido Republicano Radical*, de que, todavia, se mantiveram afastadas as personalidades de proa que poderiam conferir-lhe maior credibilidade. Sabemos apenas que a tentativa ganhou algum eco na capital do país, através da constituição de um grupo radical encabeçado por Manuel de Arriaga. É de supor, contudo, que esta comissão provisória lisboeta viu gorados os seus esforços de criar uma associação política congénere⁽⁷⁾.

também Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro*, Porto, Typ. da Empreza Litteraria e Typographica, 1894, pp. 105-106.

⁽⁶⁾ «Aveiro e Alves da Veiga», *O Radical*, 1.º Anno, n.º 21, Porto, 23 de Julho de 1888, p. 1, col. 1 e 2.

⁽⁷⁾ Cf. «Política Republicana», *O Radical*, Anno II, n.º 47, Porto, 28 de Janeiro de 1889, p. 2, col. 1.

Foi o ultimato inglês de 1890 que projectou Basilio Teles para o âmago da pequena vanguarda conspiratória portuense. A sua primeira reacção ao vexame infligido pela nossa mais antiga aliada foi idêntica à dos que interpretavam a gravidade do momento como a grande oportunidade de se proceder a uma profunda reformulação *moral* do estilo governativo que atirara Portugal para tão dramático impasse. A necessidade desta regeneração ética corporizou-se no projecto da *Liga Patriótica do Norte*. Luís de Magalhães, interpretando o sentimento geral da mocidade académica, deslocou-se a Vila do Conde e logrou convencer Antero de Quental a aceitar a presidência da nova associação. Os vectores fundamentais do seu funcionamento, tais como Antero os concebeu, assentavam no supra-partidarismo, no apelo ao fundo emocional do patriotismo ultrajado, num programa consensual de desenvolvimento produtivo e, sobretudo, na supressão inexorável dos hábitos mesquinhos em que naufragava a «pequena política» dos partidos tradicionais⁽⁸⁾. O repto de Antero não deixou Basilio Teles indiferente. A responsabilidade da redacção do projecto de estatutos da *Liga* reparte-se entre ele próprio, Antero e José Pereira de Sampaio⁽⁹⁾. Mas a *Liga Patriótica do Norte*, esse «derradeiro Fantasma» de Antero⁽¹⁰⁾, não foi mais do que um nado morto. As franjas sociais que a tinham reclamado, nomeadamente a própria juventude das escolas, a breve trecho se desinteressaram dela. Os políticos tarimbeiros regressaram à invariável vocação da sua quase uniforme mediocridade, ou seja, à tavolagem dos seus jogos de influência e das correspondentes manobras de bastidor. Antero, por sua vez, rumou a Vila do Conde, provavelmente já saudoso do remanso filosófico a que se entregava, e das duas pupilas que protegia, filhas do seu falecido amigo Germano Meireles. Republicanos houve que retiraram do fiasco ilações muito nítidas. A crise aberta pelo ultimato não poderia responder-se com as ilusões de um primado ético, susceptível de conglomerar duvidosos altruísmos antinómicos. A questão política deveria resolver-se recorrendo à metodologia que a sua própria irrupção reclamava. Daí que no

(8) Cf. Luiz de Magalhães, «A vida de Anthero», *Anthero de Quental. In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan Editor, 1896, p. 133.

(9) Cf. «A Liga Patriótica do Norte», *Onze de Janeiro*, n.º 58, Porto, 8 de Março de 1890, p. 1, col. 2 a 5.

(10) A expressão é atribuída por Eça de Queirós ao próprio Antero de Quental. Eça de Queiroz, «Um genio que era um santo», *Anthero de Quental. In Memoriam, cit.*, p. 514.

jornal portuense *A República* se interpretasse do modo seguinte o desaparecimento da *Liga Patriótica*:

«...*nada de política!* — eis a frase que valeu um coveiro. E *nada de política* significou nada de movimento, nada de actividade, nada de solução. ...E, com a falta de política na sua genuína acepção, as forças latentes das facções, actuando em direcções diversas e desiguais, arrastaram as *Ligas* para o meio deletério em que se debate a sociedade em comandita das facções monárquicas. Daí uma existência atribulada até à triste extinção antes de ontem na fúnebre sessão da sala do Príncipe Real. O preconceito, pois, de *nada de política* abafou os entusiasmos patrióticos deste povo, revelando que a burguesia portuguesa está ameaçada de não ser digna de predominar neste país, tendo de ceder o passo aos representantes da aristocracia tradicional por via de uma monarquia absoluta, ou ao proletariado, por meio duma explosão de misérias, se algumas cabeças bem organizadas, dirigindo muitos braços valentes, não realizarem prontamente o advento da República»⁽¹¹⁾.

O jornal que estampou estas reflexões acolhia escritos de várias individualidades que protestavam energicamente contra o Rei, o pessoal dirigente e as instituições monárquicas em bloco. Basílio Teles, José Pereira de Sampaio e João Chagas eram colaboradores habituais. Os manifestos mais ousados partiam de João Chagas, acabado de chegar à cidadela do republicanismo por via da apaixonada comoção do ultimato. Nele imprimiu o artigo «Basta!», cuja substância se saldava por um claríssimo apelo à revolução. O ministério público moveu-lhe uma querela; por seu turno, os proprietários da folha fizeram sentir a Chagas o seu desagrado, por se verem de alguma maneira co-responsabilizados na contenda. Reconhecendo que não podia dar completa expressão ao seu pensamento, João Chagas haveria de abandonar *A República*. Basílio Teles e José Pereira de Sampaio imediatamente o secundaram, tomando a mesma atitude⁽¹²⁾. Todos irão transferir-se para um outro órgão de imprensa subsidiado por três pequenos industriais portuenses menos timoratos. Com efeito, *A República Portuguesa* foi incontestavelmente a grande impulsadora da revolta de 31 de Janeiro de 1891.

⁽¹¹⁾ «A causa da morte da Liga Patriótica», *A República*, I Anno, n.º 10, Porto, 28 de Abril de 1890, p. 1, col. 2.

⁽¹²⁾ Cf. «Expediente», *A República*, 1.º Anno, n.º 62, Porto, 19 de Junho de 1890, p. 1, col. 1; cf. também «Echos & Noticias», *A República*, 1.º Anno, n.º 63, Porto, 20 de Junho de 1890, p. 1, col. 2.

Só isto bastaria para que não fosse estranhável o mandato de prisão contra Basílio Teles, quando a monarquia vitoriosa se assanhou contra os vencidos. Mas o seu comprometimento com os planos da rebelião era mais antigo do que poderia pensar-se. Segundo depoimentos aparentemente dignos de crédito, a primeira reunião conspiratória que se realizou no Porto após o conhecimento dos termos do ultimato, decorreu no domicílio de José Maria Durão. Este republicano, de humildes origens e de fraca representatividade, provara já a sua fidelidade à causa revolucionária, acompanhando Felizardo de Lima na sua frustrada tentativa de mobilizar o partido da capital nortenha para uma solução de combate efectivo. Quando Felizardo de Lima, em fins de 1888, pretendeu lançar os alicerces do seu *Partido Republicano Radical*, o nome de Durão aparece-nos como membro do Directório⁽¹³⁾. Basílio Teles compareceu na aludida reunião, a qual, longe de se ter transviado por verbalismos platónicos, procurou concretizar um plano sedicioso eficaz⁽¹⁴⁾. Como já sugerimos, os escritórios d'A *Republica Portuguesa* irão converter-se, a curto prazo, no ponto obrigatório de reunião das baixas patentes militares descontentes, ou seja, no foco por excelência dos protestos anti-monárquicos. João Chagas, José Pereira de Sampaio e Basílio Teles assumiram a função de coordenadores destas espontâneas manifestações de desagravo, transferindo, contudo, para Alves da Veiga as responsabilidades da chefia civil do movimento⁽¹⁵⁾. Deveremos também sublinhar que partiram sobretudo de Alves da Veiga e de Basílio Teles as providências tendentes a enquadrar a vanguarda estudantil coimbrã no plano estratégico global da revolta. O Directório académico que então se formou, era composto por António José de Almeida, Silvestre Falcão, Pires de Carvalho, Augusto Barreto e Barbosa de Andrade. Caso a revolução triunfasse, todos haviam decidido depor nas mãos alquebradas mas sempre generosas de José Falcão o mandato do resgate patriótico. A notícia, ansiosamente esperada, de que os combatentes republicanos já se movimen-

(13) Cf. «Membros do Directorio do Partido Radical», *O Radical*, 2.º Anno, n.º 43, Porto, 24 de Dezembro de 1888, p. 3, col. 3.

(14) Cf. *Documentos apresentados ao Parlamento pelo revolucionário civil de 31 de Janeiro José Maria Durão*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1914, *passim*.

(15) Cf. Jorge de Abreu, *A revolução portuguesa*, Rio de Janeiro-Paris-Lisboa, Livrarias Francisco Alves e Aillaud & Bertrand, 1913, vol. 1.º, p. 9 e ss.

tavam nas ruas do Porto, foi conhecida em Coimbra através de uma carta de Basílio Teles, cautamente transmitida por um emissário da sua confiança⁽¹⁶⁾. Foi ainda ele que, no momento da derrota já iminente, tentou entabular negociações com o militante socialista Luís Soares, acalentando a ténue esperança de poder transformar a feição desastrosa dos acontecimentos através do recurso às forças operárias⁽¹⁷⁾. Foi ele, finalmente, que se deslocou a Coimbra para ajuizar da viabilidade de se organizar na cidade universitária um corpo militar académico que invadisse o Porto e afugentasse o espectro do colapso republicano total⁽¹⁸⁾. Atendendo a tudo isto, tornam-se aparentemente um pouco enigmáticas as palavras que Basílio Teles escolheu na passagem da sua carta a Teófilo Braga em que refere que a ordem de prisão contra ele pronunciada «não era muito de estranhar, atenta uma tal ou qual proeminência no partido republicano do norte do país, e portanto a suposição, aliás natural da parte da polícia, de que eu seria um dos principais corifeus do movimento». Não nos esqueçamos, porém, que o estilo utilizado, de teor desculpabilizante, se justifica tanto pela incomodidade da situação em que os emigrados se encontravam, — carecendo vitalmente do apoio económico que o Directório lisboeta lhes poderia proporcionar —, como pela peculiaridade da conjuntura em que actuaram as chefias republicanas, no período imediatamente anterior ao 31 de Janeiro. Alguns dos preparativos revolucionários fizeram-se em articulação com o Directório de Lisboa, no qual pontificava Elias Garcia como figura cimeira. A hegemonia de José Elias Garcia no Partido Republicano, contestada a espaços pelas facções mais ousadas, datava dos primórdios do laborioso processo da sua organização. Político hábil e bem aceite por uma boa parte da opinião monárquica mais qualificada, Elias Garcia cedo se apercebera da necessidade de alcançar parcelas de poder através de uma estratégia de negociações entabuladas com as formações realistas, ao sabor das correlações de força, definidas de momento a momento. Foi o profundo apego a esta atitude pragmática que lhe permitiu ganhar espaço de manobra em repartições oficiais, nomeadamente na Câmara Municipal de Lisboa. Nela anichou numerosos correligioná-

(16) Cf. Antonio José d'Almeida, *Desaffronta*, Coimbra, Augusto d'Oliveira Editor, s.d., pp. 68-70.

(17) Cf. Ruy Luís Gomes, *A revolução republicana de 31 de Janeiro*, [Porto], Edição do Autor, MCMLVI, pp. 38-40.

(18) Cf. Antonio José d'Almeida, *ob. cit.*, pp. 69-75.

rios da sua simpatia. Os grupos republicanos radicais moviam-lhe guerra surda, apresentando o seu crédito de influências e a sua representatividade como o natural corolário da labilidade e transigência perante os desígnios da política oficial. Os conjurados nortenhos começaram por concertar a sua acção com o Directório lisboeta orientado por Garcia. Teófilo Braga era um dos membros desse Directório. Deveremos reconhecer, em abono da verdade, que as alegadas vacilações do grupo chefiado por Elias Garcia não se traduziram em atitudes de retracção perante os preparativos da projectada revolução⁽¹⁹⁾. Os republicanos mais radicais, nesta altura dirigidos pelo tenente Francisco Manuel Homem Cristo, dispuseram-se a desferir um ataque em forma contra os moderados, procurando afastar Elias Garcia do Directório. A má vontade de Homem Cristo contra Garcia, quase raiando o ódio, afere-se por declarações como esta: «José Elias tinha para mim todos os vícios e defeitos dos monárquicos. Formava partido, criava clientela, vivia pelos mesmos processos, ou corrompendo, ou transigindo sempre à custa dos princípios. José Elias sacrificava tudo à conveniência de se conservar sem obstáculos à frente do partido—de o ver cercado de insignificantes só porque lhe obedeciam às escuras, excluindo sistematicamente de todos os trabalhos alguns vultos importantes da democracia»⁽²⁰⁾. O Congresso Republicano de Janeiro de 1891 realizou-se em Lisboa, nas salas da *Associação Fernandes Tomás* entre os dias 4 e 6, por reiteradas insistências de militantes impacientes, dentre os quais avultavam Manuel de Arriaga, Alves Correia e Francisco Cristo. Os objectivos gerais que estiveram na base da sua convocação foram plenamente alcançados, já que Elias Garcia foi excluído do Directório, nele ingressando Arriaga e Cristo. Teófilo Braga manteve o seu lugar. É inquestionável que a nova direcção recebia o mote do temperamento assomado do tenente Francisco Homem Cristo. O relacionamento entre o republicanismo do norte e do sul passou a confrontar-se com toda a sorte de embaraços. O homem que detinha o primado no Directório da capital do país resolveu levantar toda a gama de objecções aos manejos nortenhos. São dele estas palavras retrospectivas: «Eu era contrário ao movimento do Porto, por o ver desorganizado, fruto de uma

⁽¹⁹⁾ Cf. João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 144-167.

⁽²⁰⁾ Francisco Christo, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão*, Lisboa, Empreza Editora J. J. Nunes & C.^ª, 1891, pp. 32-33.

pavorosa indisciplina, entregue a uma anarquia tremenda, nas mãos de homens sem escrúpulos, alguns verdadeiramente crapulosos, como o Santos Cardoso, homens cujo único objectivo era, não erguer o país da sua queda, mas apoderar-se do tesouro público para satisfação de bestiais vaidades e instintos, servindo-lhes de gazua a República»⁽²¹⁾. Esta reflexão é desapiedada, enfaticamente dogmática e só muito parcialmente verdadeira. De facto, o 31 de Janeiro incubou sob o signo da desorganização, mas será abusivo falar-se em anárquica indisciplina. É que ele não foi nem pretendeu ser uma deflagração de tipo carbonário ou blanquista. Muito mais inteligente foi Basílio Teles quando o considerou «uma explosão espontânea da sentimentalidade portuguesa». Os brios patrióticos, acicatados pelo insulto inglês, atulharam a redacção da *Republica Portuguesa* de mensagens de protesto subscritas sobretudo por estudantes, por populares sem especiais distinções honoríficas e por militares de baixa patente. Foram estes os apoios sociais da revolta em gestação. O próprio Basílio Teles reconhecerá esta verdade, escrevendo que a fisionomia da revolução «consiste na preponderância do elemento popular nos episódios mais salientes do dia. Excepção feita de meia dúzia, cujo carácter burguês é manifesto, as figuras que nele desempenham papel activo pertencem, incontestavelmente, às camadas populares.... Em 31 de Janeiro, homens notáveis pela posição social ou pelo talento entram por minoria infinitésima; oficiais de graduação mais elevada, nem um aparece a dar sequer uma adesão platónica; e de patentes modestas, contam-se apenas três. Quem prepondera, quem se mostra no primeiro plano, quem se exhibe em relevo poderoso, são os paisanos desconhecidos que investem com a porta do quartel de Infantaria 18, e os sargentos e soldados anónimos que, horas depois, na Rua de Santo António e na Câmara replicam ao fogo da Guarda Municipal. Pela primeira vez no nosso país, a multidão que vegeta nos quartéis ou se agita vagamente nos bairros da miséria veio gritar francamente, à luz do dia, que está farta da monarquia e de Braganças»⁽²²⁾. Por outro lado, é gritantemente injusto generalizar a todo o «estado maior civil» da revolução o estigma do cálculo crapuloso, que apenas poderá aplicar-se com propriedade a Santos Cardoso. Este jornalista de baixo

(21) Homem Christo, *Monarchicos e Republicanos*, Porto, Tip. da Agencia de Publicidade Nunes & Rocha Limitada, 1928, p. 373.

(22) Basílio Teles, *Do ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de história política*, Lisboa, Portugália Editora, 1968, 2.^a ed., pp. 307-308.

quilate publicava no Porto uma folha sensacionalista, *A Justiça Portuguesa*, onde ressoavam inúmeros escândalos, reais ou supostos, e onde se faziam e desfaziam reputações, ao alvêdrio rancoroso do plunitivo que o redigia. É certo que o Directório de Elias Garcia lhe reconheceu os préstimos e com ele dialogou. Mas o sestro fanfarrão e covarde deste carácter inquinado, que os juizes de Leixões haveriam de exautorar, só confere relevância, por intrínseca oposição, à nobreza de propósitos de homens tão impolutos como João Chagas, Basílio Teles e José Pereira de Sampaio. O motivo mais poderoso que demarcou Homem Cristo da revolta de Janeiro foi, segundo o seu próprio testemunho, o desinteresse patenteado pela oficialidade e o conseqüente receio de ver diminuído o prestígio hierárquico da instituição militar. Também lhe desagradaria, certamente, a relação de cumplicidade entre os chefes revoltosos e Elias Garcia. Num diálogo que teria acontecido entre ambos, Francisco Cristo expusera a razão fundamental do seu desagrado: «Disse-lhe que não compreendia como ele, um oficial, deixava tramar-se livremente uma revolta de sargentos, que tão funesta havia de ser à disciplina do exército»⁽²³⁾. O novo Directório fez quanto pôde para entrar o desiderato dos revoltosos. Em 25 de Janeiro expediu uma circular encorajando os correligionários a abandonar «ao seu isolamento egoísta qualquer grupo perturbador, que anteponha à majestade dos princípios o fetichismo de personalidades, e aos interesses da propaganda as vantagens dos lucros económicos»; acrescentava-se ainda que «qualquer trabalho divergente da direcção deste corpo executivo visa ao enfraquecimento do partido, pondo em descoordenação os seus esforços»⁽²⁴⁾. A 27 do mesmo mês, Homem Cristo estampou no jornal *Debates* o artigo «Uma Prevenção», no qual os preparativos militares portuenses eram apresentados como um engodo preparado pelas autoridades monárquicas para justificar a severíssima repressão que se abateria sobre os republicanos após o fracasso inevitável do golpe. O artigo concluía assim: «Acautelem-se, pois, os republicanos com essas manobras. Revoluções fazem-se. Não se dizem, nem se apregoam. Quando se dizem e quando se apregoam, ou é desconchavo que faz rir, ou armadilha lançada aos ingénuos e simples do mundo. E como há muito ingénuo e muito

(23) Francisco Christo, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão, cit.*, p. 68.

(24) Circular transcrita integralmente por Homem Christo, *Monarchicos e Republicanos, cit.*, pp. 376-377.

simples, sempre é preciso cuidado com tais armadilhas e artes de tratantes. Cautela, pois!»⁽²⁵⁾. Aliás, o Directório iria manter o seu juízo de condenação no período imediatamente posterior ao fracasso da tentativa. Com efeito, poucas semanas tinham decorrido sobre o insucesso quando apareceu um documento da sua lavra, onde taxativamente se declarava que «a nação inteira julgara imediatamente o movimento de 31 de Janeiro pela sua inoportunidade»⁽²⁶⁾.

É evidente que Teófilo Braga, integrando o Directório, assumiu solidariamente a responsabilidade moral das atitudes que esse órgão de cúpula decidira tomar. Ficam assim explicadas as palavras iniciais que Basílio Teles lhe endereçou, ressumando contenção e distanciamento. E o enquadramento histórico que fomos traçando permite agora reconhecer todo o alcance à parte da missiva em que Basílio Teles considera «concebível» a desaprovação do Directório, «visto ter de ressalvar perante a opinião pública e perante a história a sua responsabilidade individual e colectiva num movimento que se lhe afigurava inoportuno». Significa isto que o autor da carta entendia dever assumir uma postura contrita, pesada, suplicante, da qual pudesse inferir-se o significado de um qualquer género de retratação? Nem por sombras. Na sua carta, Basílio Teles anunciava a Teófilo a sua intenção de futuramente publicar um folheto interpretativo. Mas não foi um pequeno opúsculo que veio a aparecer. No seu lugar surgiu, em 1905, esse extenso e magnífico ensaio intitulado *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*. O texto não se limitava a escarpelizar analiticamente a revolta do Porto. Discorria largamente sobre a mutação cultural que havia transformado, a partir da *Questão Coimbrã*, a cerebração das élites esclarecidas; detinha-se com vagar sobre os parâmetros da administração colonial portuguesa, sublinhando-lhe as hesitações, as tibiezas, as tergiversações, a par dos sintomas do irrealismo megalómano que impulsionara os nossos governantes para o sonho do «mapa cor de rosa»; encenava respostas alternativas para o ultimato, prefigurando saídas mais airoas ou simplesmente mais dignificantes para a crise por ele suscitada; finalmente, narrava por miúdo a sublevação portuense, assinalando-lhe com implacabilidade as fraquezas, mas ressalvando sempre o ideal da sua inspiração resgatadora. Basílio Teles, ao con-

⁽²⁵⁾ *Idem*, p. 385.

⁽²⁶⁾ Citado por Alexandre Cabral na «Introdução» à obra *Os crimes da monarquia*, Lisboa, Empresa de Publicidade Seara Nova, 1973, p. 13, nt. 1.

trário de outras testemunhas presenciais, — como António Claro, por exemplo —, não enfatizou o facto de quase tudo se ter projectado na ribalta de uma descuidada publicidade (27). É também não secundou as apreciações de Heliodoro Salgado na parte concernente às censuras relativas à impaciência das forças revolucionárias e à precipitação com que as tropas, privadas de comando, invadiram as ruas (28). É que, em seu entender, o significado mais profundo dos acontecimentos radicava nessa incoercível «explosão espontânea da sentimentalidade portuguesa». Esta exacerbação sentimental ter-se-ia vindo a potenciar progressivamente desde a data fatídica do ultimato. Depois dele surgira esse humilhante tratado *ad referendum* de 20 de Agosto de 1890, só conhecido em meados de Setembro, nos termos do qual os territórios litigados a norte do Zambeze não poderiam ser cedidos por Portugal a outra potência *sem o prévio consentimento* da Inglaterra!. O 31 de Janeiro foi para Basílio Teles um desforço popular oriundo de uma acumulação de frustrações, ou seja, a consequência axiomática de um estado de espírito. Não era este republicano misantropo e de fundo romântico — mau grado o seu pragmatismo consciente, racional, — o único a perscrutar no rumor das conversas, nos episódios avulsos de rua, nas tensões cidadinas subtilmente perceptíveis, o ricto da cólera adiada a custo, o jacto da fúria sem rosto, porque distribuída a esmo por todos os rostos. Reparemos como um jornalista da folha *A República* caracterizava o ambiente que a cidade vivia, na véspera da revolta: «Vê-se que alguma cousa de extraordinário se passa em todos os espíritos. A agitação invadiu os mais serenos, desapareceram já as últimas hesitações, e ninguém poderá prever o desenlace desta terrível situação. O que se está passando é gravíssimo. As responsabilidades de todos crescem de momento para momento, e é preciso que toda a gente saiba cumprir o seu dever. Estéjamos serenos e firmes no nosso posto, unidos debaixo da mesma bandeira política, que é a bandeira da pátria» (29). É evidente que as comoções românticas são insuficientes para impelir regimentos para a rua. Basílio Teles não escamoteia a causa próxima de um pronun-

(27) Cf. António Claro, *Memórias de um vencido*, Porto, Livraria Civilização, 1924, pp. 95-105.

(28) Cf. Heliodoro Salgado, *ob. cit.*, pp. 127 e 132-133.

(29) Ricardo Feio, «Nas cadeias da Relação. Situação muito grave», *A República*, 1.º Anno, n.º 281, Porto, 30 de Janeiro de 1891, p. 1, col. 2.

ciamento militar vitoriado por moradores anónimos debruçados em janelas e varandas. As transferências de contingentes e de guarnições para locais distantes dos grandes centros urbanos, congeminações pelo poder monárquico para prevenir prováveis hostilidades, serviram apenas para reforçar desejos de desforra. Mas, perguntar-se-á, poderia uma revolta deste jaez alcançar o triunfo? Lido com atenção o livro de Basílio Teles, parece poder inferir-se que o seu autor não só acreditou nessa possibilidade na fase das hostilidades já declaradas, como continuou a pensar que muito outro poderia ter sido o destino dos revoltosos se os chefes civis tivessem repudiado o imperativo absurdo de reproduzir no inverno de 1891 o modelo que triunfara no verão de 1820. É certo que a ordem de comando do Capitão Leitão, fazendo subir a Rua de Santo António ao encontro da Guarda Municipal, em préstio cívico-militar, se viria a revelar supinamente inábil. Mas bem mais fatal foi o tempo perdido a copiar o 24 de Agosto de 1820 com «ininteligente servilismo». Eis o passo em que Basílio Teles liquida definitivamente «as responsabilidades próprias e alheias», silenciadas na carta dirigida a Teófilo Braga: «Os senões deste plano mirífico, fruto melado de sugestões arqueológicas, estavam em que nem se ressuscitava Fernandes Tomás e o Sinédrio, nem se galvanizava o cadáver de Sepúlveda, nem havia a estimular os brios da população a presença, no comando dos regimentos portugueses, de dezenas de oficiais britânicos, nem se dispunha de um rei, estupidamente querido de um povo de escravos abjectos, cujo regresso se reclamasse para melhor encobrir os intuitos mais largos da revolução. Não se teve o cuidado de reflectir que o 24 de Agosto foi, no fundo, um movimento mais de habilidade que de força; enquanto que o 31 de Janeiro, pelo seu carácter radicalista, não podia deixar de ser uma imposição da violência. Não se quis, ou soube compreender que os liberais de 20 não se atreveram a articular o que queriam, em voz bem distinta e sonora e que o próprio Fernandes Tomás se mantém modestamente num plano secundário, talvez para não assustar colegas conservantistas, e comprometer, nesse mesmo dia 24 de Agosto, o resultado da grande empresa em que pusera o melhor do seu talento. Não havendo, pois, semelhança fundamental entre as duas épocas, como é que o plano adoptado pelos homens de 20 teria igualmente de o ser pelos de 1891?! É assombrosa uma tal incompreensão da História! Os regimentos do Porto, sem excepção de um único, reúnem-se em 24 de Agosto no Campo de Santo Ovídio? Logo, no mesmo campo se deviam reunir em 31 de Janeiro, embora

não fosse indubitável a adesão do 18, nem provável a da Guarda Municipal. Desfila-se, naquele dia, pela Rua do Almada em direcção à Praça Nova? Por essa rua se desfilaria, neste, com idêntico objectivo. Das sacadas dos Paços do Concelho fizeram os membros do Sinédrio a proclamação do acto revolucionário aos soldados e populares apinhados naquela espécie de fórum da cidade? Os irmãos do 'Grémio Independência' sentiram também o prurido de ascender a essas janelas vetustas, e dirigem-se de lá aos cidadãos e militares acumulados em baixo, nos quais se imaginou estar representado todo o Porto. Infelizmente, esquecia-se que em 1820 as autoridades legais, incluindo o bispo, se apressaram a aderir ao movimento; e que em 1891, nem sequer o major Graça, e mais não passava de um antigo sargento de tarimba»⁽³⁰⁾.

As responsabilidades de Basílio Teles ficavam assim liquidadas, com a nobreza e frontalidade que sempre foram seu apanágio. E as do Directório, a quem pedia ajuda financeira para silenciar «este clamor dos infelizes»? Essas seriam liquidadas pelo tempo. Homem Cristo viria a abandonar o Partido Republicano, convertendo-se num terrível panfletário e zurzindo indistintamente republicanos e monárquicos. Teófilo irá canalizar a melhor parte do seu esforço para os trabalhos de estudo e de investigação, e, embora continuando a ser uma figura emblemática do republicanismo, deixará aos mais novos os combates decisivos. De um modo geral, exceptuando Magalhães Lima — que recusou pertencer ao Directório de Homem Cristo — e Manuel de Arriaga, toda a «geração doutrinária» declinou em importância, a partir do 31 de Janeiro. Forjava-se uma outra geração: a chamada «geração do ultimato». Se bem interpretamos os factos, a revolta do Porto constituiu uma charneira a partir da qual se verificou a transferência do testemunho republicano para gente mais audaz. Deste modo, os vencidos de ontem teriam sido a referência decisiva dos vencedores de amanhã.

(30) Basílio Teles, *ob. cit.*, pp. 292-293.